

Do crescimento econômico ao Desenvolvimento Sustentável: Conceitos em evolução.

Richer de Andrade Matos¹

Syane Brandão Caribé Rovella²

Resumo

A busca pelo Desenvolvimento é inerente ao ser humano e conseqüentemente às nações. Entretanto o próprio conceito de desenvolvimento tem sofrido alterações ao longo da história. Neste contexto, o presente artigo expõe algumas das contribuições dadas por diferentes pensadores ao longo da história, sobre o conceito de desenvolvimento, que inclusive, mais recentemente, incorporou o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Dessa forma o artigo pretende, por meio de uma revisão bibliográfica, fomentar a reflexão sobre o Desenvolvimento.

Palavras-Chaves: Crescimento econômico; Desenvolvimento econômico; Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

The quest for development is inherent to human beings and therefore to the nations. However, the concept of development has changed throughout history. In this context, this article exposes some of the contributions made by different thinkers throughout history, the concept of development, including that most recently incorporated the concept of Sustainable Development. That way the paper intends, through a literature review, encouraging reflection on Development.

Key Words: Economic Growth; Development Economic; Sustainable Development.

¹ Economista, graduado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pós-graduado em Desenvolvimento Regional pela UFPR. Mestre em Organizações e Desenvolvimento pela FAE. Professor da UNIFAE Centro Universitário e das Faculdades OPET.

² Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Pós-graduada em Filosofia Contemporânea pela UESC; Mestre em Filosofia pela Universidad Autónoma de Barcelona (UAB). Professora dos cursos de Administração e Ciências Contábeis das Faculdades Opet, Curitiba/PR

1 Crescimento e desenvolvimento econômico

O conceito de crescimento econômico desponta em 1776 com a publicação de “A Riqueza das Nações³”, de Adam Smith, obra em que o autor estuda a formação da riqueza de uma nação, raciocinando sobre o funcionamento dos mercados e a relação da expansão dos mesmos para ganhos de escala de produção, onde os custos médios seriam reduzidos e permitiriam gerar lucros.

Para Smith, um dos principais representantes da *Escola Clássica* na economia, estes lucros ampliariam as possibilidades de emprego da mão-de-obra economicamente ativa, o que incrementaria a renda da população e, no longo prazo, levaria a uma redistribuição de renda entre o capital e o trabalho.

De acordo com Hunt (2005, p. 54):

No contexto da teoria da história, de Smith, o capitalismo representava o estágio mais alto da civilização e atingiria seu ponto culminante quando tivesse evoluído para um estado em que o governo tivesse adotado uma política de *laissez-faire*, permitindo que as forças da concorrência e o livre jogo da oferta e da demanda regulassem a economia, que ficaria quase que completamente livre das restrições do governo ou de suas intervenções [...] A acumulação do capital terá sido, então, a principal fonte de progresso econômico e os lucros terão sido a fonte do novo capital.

O crescimento econômico é tido então, para Smith, como uma das principais condições para o alcance do desenvolvimento, ou melhor, como o próprio desenvolvimento.

As discussões de um conceito distinto de desenvolvimento começam por Schumpeter, no início do século XX, que atribui ao crescimento uma característica apenas expansiva, enquanto que o desenvolvimento, segundo o autor, somente ocorreria “na presença de inovações tecnológicas, por obra de empresários inovadores, financiados pelo crédito bancário. O processo produtivo deixa de ser rotineiro e passa a existir lucro extraordinário.” (SOUZA, 1999, p.16)

Embora a conceituação de Schumpeter seja distinta daquela observada por Smith, quanto ao desenvolvimento, nota-se que o autor ainda analisa o desenvolvimento de forma estritamente econômica.

Entretanto, durante o amadurecimento do capitalismo no final do século XIX e início do século XX, em que ficou patente o desnível de renda entre países ricos e pobres e dentro das próprias sociedades industrializadas, a discussão do econômico enquanto distribuição começou a ser exposta e questionada, em especial a partir dos anos 1930 com a utilização da Contabilidade Nacional, inspirada pelas teorias keynesianas⁴ em que as nações passaram a ser classificadas conforme sua renda per capita.

³ Ver SMITH (1937).

⁴ Ver KEYNES (1936).

O surgimento do conceito de desenvolvimento, base para aquele debatido atualmente, distinto do conceito puro de crescimento econômico, deu-se no período pós-guerra (Boisier 2001; Sachs 2004), no contexto de preparação de projetos de reconstrução da Europa.

Sachs (2004, p.30) afirma que o cenário verificado em grande parte da Europa, naquele momento, era o de uma:

(...)estrutura fundiária anacrônica, agricultura camponesa atrasada, condições adversas de comércio para as commodities primárias, industrialização incipiente, desemprego e subemprego crônicos, e necessidade de um Estado desenvolvimentista ativo para enfrentar o desafio de estabelecer regimes democráticos capazes simultaneamente de conduzir a reconstrução do pós-guerra e de superar o atraso social e econômico.

Neste contexto, conclui Sachs (2004, p. 31-31):

Em grande medida, o trabalho da primeira geração de economistas do desenvolvimento foi inspirado na cultura econômica dominante da época, que pregava a prioridade do pleno emprego, a importância do Estado de bem-estar, a necessidade de planejamento e a intervenção do Estado nos assuntos econômicos para corrigir a miopia e a insensibilidade social dos mercados.

Nota-se que, embora ainda restrito à dimensão econômica, o conceito de desenvolvimento já tendia a uma evolução.

Para Boisier (2001), a publicação que pode ser tomada como marco da distinção de desenvolvimento e crescimento econômico vem do economista britânico Dudley Seers. Ao analisar o artigo publicado por Seers⁵, Boisier (2001, p. 3) constata que:

“Seers, fuertemente inspirado en el pensamiento de Gandhi, sostiene que debemos preguntarnos a nosotros mismos acerca de las condiciones necesarias para la realización del potencial de la personalidad humana, algo comúnmente aceptado como objetivo. A partir de esta pregunta Seers apunta a la alimentación, como una necesidad absoluta (inmediatamente traducida a pobreza y a nivel de ingreso). Una segunda condición básica para el desarrollo personal es el empleo y la tercera, es la igualdad entendida como equidad, aquí por tanto ya se introduce un elemento subjetivo e intangible puesto que el concepto de equidad tiene tales dimensiones ...”

Nota-se que o autor toma como base do conceito de desenvolvimento a condição humana, pessoal, e não apenas a condição econômica de um país ou região.

Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (1986) *apud* Boisier (2001, p. 5) propuseram um novo conceito para o desenvolvimento, também a partir do indivíduo, denominado “Desarrollo a Escala Humana”, na qual:

⁵ Ver SEERS (1970).

“Desarrollo [el desarrollo a escala humana] se concentra y sustenta en la satisfacción de las necesidades humanas fundamentales, en la generación de niveles crecientes de autodependencia y en la articulación orgánica de los seres humanos con la naturaleza y la tecnología, de los procesos globales con los comportamientos locales, de lo personal con lo social, de la planificación con la autonomía y de la Sociedad Civil con el Estado.”

Dando continuidade à expansão do conceito de desenvolvimento e seguindo uma trajetória semelhante à de Seers, Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn, o economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998) e o economista indiano Amartya Sen, na tentativa de tornar o desenvolvimento algo mensurável, desenvolveram, no início da década de 1990, o Índice de Desenvolvimento Humano⁶ (IDH) que, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tem por objetivo ser um contraponto ao Produto Interno Bruto Per Capita (PIB per capita), que até então era o índice mais utilizado para se caracterizar uma região, mas que retrata apenas a dimensão econômica de tal situação.

Porém, ainda que evidencie de forma mais completa a realidade das pessoas em determinada região, do que aquela exposta apenas pelo PIB per capita, o próprio PNUD reconhece a limitação do IDH.

Em 1995, Boutros Boutros-Ghali, então secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU), publicou o documento “An agenda for development⁷”, no qual são expostas cinco dimensões para o desenvolvimento: a paz, o crescimento econômico, o ambiente, justiça social e democracia. As quais foram sintetizadas por Boisier (2001, p. 4) da seguinte forma:

“1) Paz como pilar: A aproximação tradicional ao desenvolvimento pressupõe que este ocorre sob circunstâncias da paz. O desenvolvimento não pode prosseguir facilmente em sociedades onde os interesses militares estão no centro da vida; 2) A economia como o motor do progresso: O crescimento econômico é o motor do desenvolvimento. Acelerar a taxa do crescimento econômico é uma condição para expandir a base de recursos econômicos, tecnológicos e de transformação social... não é suficiente, entretanto, perseguir o crescimento econômico por si só; 3) O ambiente como uma base para a sustentabilidade. O desenvolvimento e o ambiente não são conceitos separados, nem pode haver sucesso em um, sem que o mesmo ocorra com o outro; 4) Justiça como um pilar da sociedade: O desenvolvimento não ocorre em um vácuo, nem é construído em cima de uma fundação abstrata. O desenvolvimento ocorre dentro de um contexto social específico e em resposta às circunstâncias sociais específicas... O povo é o principal recurso de um país e seu bem estar define o desenvolvimento; 5) Democracia na governança: A ligação entre o desenvolvimento e a democracia é intuitiva, por isso seu reflexo é difícil de elucidar... No contexto do desenvolvimento, a boa governança tem diversos reflexos. Entre seus projetos deve estar a perseguição de uma estratégia nacional voltada para o desenvolvimento. Projetos que assegurem a capacidade, a confiabilidade e a integridade das instituições do núcleo do estado moderno.”(Traduzido pelo autor)

⁶ O Índice de Desenvolvimento Humano é obtido através do PIB per capita, depois de corrigido pelo poder de compra da moeda de cada país e por outros dois componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero (inexistência de desenvolvimento) a um (totalmente desenvolvido) (PNUD 2009).

⁷ Ver BOUTROS-GALI (1995)

Tal expansão do conceito permite agora a investigação também por parte de sociólogos, antropólogos, psicólogos, historiadores, entre outros. Dessa forma, a investigação sobre o desenvolvimento torna-se mais complexa, multidisciplinar e integral do que inicialmente, quando a discussão cabia apenas à dimensão econômica, ao crescimento econômico propriamente dito.

Esta evolução observada sobre o desenvolvimento, deixando de ser associado apenas à dimensão econômica e avançando também para as dimensões política, social e ambiental, tem o tornado cada vez mais completo, mas também mais complexo e intangível.

Sachs (2004), ao analisar o recente debate sobre o conceito de desenvolvimento, aponta a existência de duas concorrentes extremas, sobre as quais discorre:

“Os autodenominados pós-modernos propõem renunciar ao conceito, alegando que o desenvolvimento tem funcionado como uma armadilha ideológica construída para perpetuar as relações assimétricas entre as minorias dominadoras e as majorias dominadas, dentro de cada país e entre os países. Propõem avançar para um estágio de pós-desenvolvimento. Sem explicar claramente o seu conteúdo operacional concreto. Estão certos, por suposto, quando questionam a possibilidade de crescimento indefinido do produto material, dado o caráter finito do nosso planeta. Porém, esta verdade óbvia não diz muito sobre o quê deveríamos fazer nas próximas décadas para superar os dois principais problemas herdados no século XX, apesar do seu progresso científico e técnico sem precedentes: o desemprego em massa e as desigualdades crescentes [...] Quanto aos fundamentalistas de mercado, eles implicitamente consideram o desenvolvimento como um conceito redundante. O desenvolvimento viria com o resultado econômico graças ao “efeito cascata” - trickle down effect. Não há necessidade de uma teoria do desenvolvimento. Basta aplicar a economia moderna, uma disciplina a-histórica e universalmente válida [...] A teoria do efeito cascata seria totalmente inaceitável em termos éticos, mesmo se funcionasse, o que não é o caso. Num mundo de desigualdades abismais, é um absurdo pretender que os ricos devam ficar mais ricos ainda, para que os destituídos possam ser um pouco menos destituídos” (SACHS 2004, p. 26)

Furtado (1983, p. 90) distingue os conceitos de crescimento e desenvolvimento da seguinte forma:

“Assim, o conceito de desenvolvimento compreende a idéia de crescimento, superando-a. Com efeito: ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do trabalho social. Porque deve satisfazer às múltiplas necessidades de uma coletividade é que o conjunto econômico nacional apresenta sua grande complexidade de estrutura. Esta sofre a ação permanente de uma multiplicidade de fatores sociais e institucionais que escapam à análise econômica corrente [...] O conceito de crescimento deve ser reservado para exprimir a expansão da produção real no quadro de um subconjunto econômico. Esse crescimento não implica, necessariamente, modificações nas funções de produção, isto é, na forma em que se combinam os fatores no setor produtivo em questão.”

Dessa forma, é possível inferir que o crescimento econômico não necessariamente seja capaz de garantir o desenvolvimento, ou seja, pode haver crescimento na geração de riqueza sem que haja distribuição desta e conseqüente melhora na qualidade de vida da população em geral.

Para Sachs (2004, p. 13):

“... os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos.”

A dificuldade em operacionalizar o conceito de desenvolvimento torna-se evidente quando Sachs (2004, p. 25) ao citar Joan Robinson, expõe o desenvolvimento como “um elefante: difícil de definir, porém fácil de reconhecer.”

O fato é que, com a ampliação analítica do conceito de desenvolvimento surgiu, como consequência natural, o conceito de subdesenvolvimento.

A construção de uma explicação para o subdesenvolvimento opôs duas correntes críticas. De um lado os críticos ao sistema, muitos de inspiração marxista, e de outro lado os defensores da economia neoclássica, estes mais preocupados com a distribuição do que os clássicos. Os primeiros compreenderam o papel do subdesenvolvimento como fruto da vontade das potências centrais em subalternizar as demais economias, a fim de que se mantivesse uma distribuição internacional do trabalho em que estes países fossem fornecedores de matérias-primas e alimentos a preços baixos para as necessidades dos países centrais, reforçado por uma “aliança” entre o capital internacional e as elites internas, a fim de manter inalterado este *status quo*. Do outro lado, o dos neoclássicos, ligou-se o não-desenvolvimento das economias periféricas à falta de capital para investimento nestas economias.

Tem então uma evolução do conceito de desenvolvimento para além do simples crescimento econômico. A introdução de novas dimensões junto à econômica tornou o conceito mais abrangente, mais completo, mas também mais complexo e intangível.

Uma nova discussão posta, para além da do que é desenvolvimento e de como gerá-lo, é agora a de como mantê-lo, em todas as dimensões e não mais apenas na econômica.

2 Do desenvolvimento econômico ao desenvolvimento sustentável

Embora uma evolução sobre o conceito tenha ocorrido nas últimas décadas, a atual busca pelo desenvolvimento continua primando pelo crescimento econômico, em primeiro plano. Em alguns casos, de determinadas regiões e países, é possível identificar um real avanço para estágios de desenvolvimento

econômico, com melhora de alguns indicadores sócio-econômicos, porém, estes casos são a minoria entre muitos.

De acordo com Silva (2006) ainda que se tenha observado a distinção conceitual entre crescimento e desenvolvimento, as políticas e ações econômicas se orientam pelo uso intensivo de recursos em privilégio ao objetivo de aumentar a produção, o consumo e a riqueza. Segundo o autor, a sustentação desse tripé econômico seria o grande desafio para o desenvolvimento da sociedade.

Sen (2000) questiona este atual modelo de desenvolvimento econômico, qualificando-o como uma política cruel de desenvolvimento. Tal modelo tende a esgotar a base de recursos naturais, além de ampliar as distorções sociais. Por isso, de acordo com o autor, a base de desenvolvimento de uma região não deve estar apenas na busca pela dimensão econômica, mas sim, na dimensão sociocultural, em cujo contexto os valores e as instituições são fundamentais.

Conclui Sen (2000) que o desenvolvimento econômico não é apenas uma consequência da inovação tecnológica e da existência de progresso técnico associadas a investimentos em P&D, mas também de um terceiro fator de produção: os recursos humanos e a acumulação de capital social.

Brasileiro (2006, p.88) aponta que:

“[...] os resultados alcançados com a implantação do modelo de desenvolvimento vigente, baseado na otimização dos lucros, na industrialização como única via de desenvolvimento, no uso indiscriminado dos recursos naturais, no crescimento econômico como fator antecedente ao desenvolvimento, propiciaram a emergência de novas formas de pensar o desenvolvimento, procurando atender ou mesmo explicar, a questões até então negligenciadas, tais como: a distribuição desigual das riquezas; o agravamento da pobreza e exclusão social; a precarização das relações de trabalho; e o esgotamento dos recursos naturais.”

É nesse contexto que surge e intensifica-se o conceito de Desenvolvimento Sustentável, a partir da década de 1980.

2.1 Desenvolvimento sustentável: um conceito em evolução

A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento⁸ (CMMAD) da ONU, através do Relatório Brundtland (1991)⁹, conceituou desenvolvimento sustentável como o “desenvolvimento que

⁸ A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) foi instituída em 1983, composta por representantes de 21 países e presidida por Gro Harlem Brundtland, na época, primeira-ministra da Noruega. A comissão foi formada por representantes de: Noruega, Sudão, Itália, Arábia Saudita, Zimbábue, Costa do Marfim, República Federal da Alemanha, Hungria, República Popular da China, Colômbia, Índia, Brasil (Paulo Nogueira Neto), Japão, Guiana, Estados Unidos, Argélia, Indonésia, Nigéria, União Soviética, Iugoslávia e Canadá. Esses representariam os grupos de países liberais e socialistas, industrializados e em desenvolvimento (3º mundo).

⁹ O relatório foi o resultado extraído da convenção da ONU ocorrida em 1987, publicado sob o título Nosso Futuro Comum. Ver CMMAD (1991).

satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades.”

Entretanto, o conceito assim posto acaba por reduzir, por minimizar, uma série de questões que devem ser analisadas quanto a um verdadeiro estágio de desenvolvimento, a curto e longo prazo, como, por exemplo, o atendimento presente de uma série de necessidades e disparidades observadas por todo o globo.

Para Fernandes (2003), o conceito de desenvolvimento sustentável, como hoje é apresentado à sociedade, acaba por obscurecer aquele que deveria ser o verdadeiro foco do debate atual em todos os aspectos e não apenas no ambiental, a saber, as diferenças, entre grupos sociais e entre nações, causadas pela atual forma de organização social de produção, ou seja, o atual sistema econômico de mercado.

Lima (2003) contribui com tal visão ao apontar que não há sustentabilidade possível sem a incorporação das desigualdades sociais e políticas e de valores éticos de respeito à vida e às diferenças culturais.

Fernandes (2003) analisa o presente debate sobre a busca pelo desenvolvimento sustentável como uma forma de legitimação e manutenção do poder pelos países dominantes, uma vez que o discurso prevê a necessidade de controle e manutenção do meio ambiente sem apontar que no presente a grande massa de países do globo apresenta preponderância de baixas rendas, níveis inaceitáveis de acesso à saúde, baixos níveis de escolaridade e baixas quantidades diárias de consumo per capita de proteínas.

Dessa forma faz-se necessário refletir sobre a possibilidade futura de atendimento das necessidades da sociedade se hoje ela não acontece de forma igualitária.

Retomando Fernandes (2003), a autora analisa que a preocupação central da política ambiental, sob a égide do conceito de desenvolvimento sustentável, tem sido a de assegurar a gestão internacional dos principais ecossistemas, com o objetivo de garantir a durabilidade e disponibilidade de importantes estoques de recursos naturais funcionais ao desenvolvimento econômico, para assegurar àqueles povos que são privilegiados em seu desenvolvimento social, a manutenção de seus níveis de desenvolvimento e consumo. Assim, sob a ótica da autora, a busca pelo desenvolvimento sustentável, como hoje é trabalhada, trata então de uma forma de monitorar, gerir e controlar os estoques de recursos naturais, elaboradas e implementadas a partir de países do Norte.

Já Brasileiro (2006, p.88) observa que:

“A concretização das idéias e princípios formulados a partir do conceito de desenvolvimento sustentável tem assumido nuances variadas, a partir da realidade que cada sociedade apresenta. Nos países considerados de primeiro mundo, é a relação entre o crescimento econômico e a preservação ambiental, assim como as intrincadas relações políticas, que dão a tônica às discussões a respeito da proposta e sua viabilidade. Para os países emergentes, soma-se a isto as graves questões sociais, onde o meio ambiente enquanto produto das relações do homem com o meio físico

natural reflete as conseqüências das desigualdades sociais, da má distribuição de renda, poder e informação”.

Em relação ao desenvolvimento sustentável, ainda que haja distintas críticas ao conceito, não se pode negar sua visão multidimensional, que vem de encontro às necessidades reais do mundo atual em seus anseios pelo desenvolvimento equilibrado, conforme constata Brasileiro (2006, p.88).

Para Sachs (2004), o desenvolvimento sustentável está estruturado a partir de cinco pilares:

- “a) o Social, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de disrupção social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta;
- b) o Ambiental, com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos);
- c) o Territorial, relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
- d) o Econômico, sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam;
- e) a Política, pois a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem, a liberdade faz toda a diferença.” (SACHS 2004, p. 15-16)

Silva (2006) expõe o desenvolvimento sustentável como o:

“... resultado da interação social em um determinado espaço, com bases culturais cultivadas no decorrer do tempo, com finalidades econômicas e obedecendo às instituições reconhecidas naquela sociedade e considerando a manutenção do estoque ambiental existente.” (SILVA, 2006, p. 17)

Silva (2005, p. 38), acerca do desenvolvimento sustentável, conclui que:

“O conceito de desenvolvimento sustentável deve ser visto como uma nova forma de enxergarem, teoricamente, os fatos. A sociedade evolui esteada em sua inter-relação nas dimensões sociais, ambientais, culturais, econômicas e espaciais e, por isso, não se pode analisar, parcialmente, o processo de desenvolvimento. Visto esse processo como um sistema adaptativo complexo, nota-se que as mudanças são irreversíveis e contínuas, ampliando a responsabilidade de toda sociedade com o seu presente e com o das futuras gerações. Essa responsabilidade demanda ações construtivas de uma base de discussão teórica e aplicada que se sustenta na busca contínua da evolução da sociedade e das alternativas decisórias, com as quais conta para otimizar os recursos existentes, considerando as dimensões inter-relacionadas, com a intenção de avançar de forma harmoniosa para o objetivo da sustentabilidade.”

Para ser alcançado, o desenvolvimento sustentável depende de planejamento em longo prazo e do reconhecimento de que os recursos naturais do planeta são finitos e de todos. Não se trata de interromper o crescimento, mas de eleger um caminho que garanta o desenvolvimento integrado e participativo e que considere a valorização e o uso racional dos recursos naturais.

Considerações Finais

Dentro da economia de mercado, a busca pelo desenvolvimento econômico é sempre um dos principais objetivos perseguidos pelos governos, independentemente de seus partidos ou ideologias.

Entretanto, o próprio conceito de desenvolvimento não é um consenso. Em meados do século XVIII, desenvolvimento foi tido como sinônimo de crescimento econômico, apenas. Mas o avanço da reflexão sobre este, fez com que surgissem novas formas de concepção, sendo o desenvolvimento econômico o passo seguinte.

Neste caso, variáveis como justiça, qualidade de vida, bem estar, liberdade, entre outras, foram incorporadas ao conceito, tornando-o assim mais completo e complexo, dado às características intangíveis de algumas dessas variáveis.

Do desenvolvimento econômico, que já fora uma evolução sobre o simples conceito de crescimento econômico, surge o conceito de desenvolvimento sustentável. Tal conceito traz consigo a preocupação com o uso consciente dos recursos produtivos, e conseqüentemente, a manutenção destes, mesmo porque o desenvolvimento econômico, até o momento, está alicerçado na geração de produção, renda e consumo.

O conceito de desenvolvimento sustentável está cercado por críticos e defensores, que, embora possam divergir em questões pontuais, em sua maioria, quase sempre convergem no que diz respeito à necessidade de um desenvolvimento global, que acarrete melhoria da qualidade de vida para toda a população através do equilíbrio entre as dimensões econômica, social, institucional, territorial e ambiental.

REFERÊNCIAS

BOISIER, Sérgio. Desarrollo (Local): De que estamos hablando? In: **Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local**. Rosário: Editoria Homo Sapiens, 2001.

BRASILEIRO, Maria Helena Martins. A organização social e produtiva como estratégia e fortalecimento do capital social em destinos turísticos. In **Cadernos de análise regional. Programa de pós-graduação**

em desenvolvimento regional e urbano da Universidade de Salvador. Ano 9, v.5, nº1. Salvador: Universidade Salvador – UNIFACS, 2006.

BOUTROS-GHALI, Boutros. **An agenda for development.** ONU: New York, 1995.

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro Comum**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

FERNANDES, Marcionila. **Desenvolvimento Sustentável: Antinomias de um conceito.** Belém: AUA, 2003.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico.** 8ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

KEYNES, Jonh Maynard. **The general theory of employment, interest and money.** New York: Harcourt, Brace and World, 1936.

LIMA, Gustavo da Costa. “O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação”. In: **Ambiente e sociedade.** São Paulo: Unicamp, v.6, n.2, jul./dez.2003.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEERS, Dudley. The meaning of development. **Revista brasileira de economia**, Rio de Janeiro, v.24, n. 3, p.5-50, jul/set. 1970.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

SILVA, Christian Luiz da. Proposta de um modelo de monitoramento e avaliação do desenvolvimento sustentável. In: SILVA, Christian Luiz da (Org.). **Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

SILVA, Christian Luiz da; SALANEK FILHO, Pedro. Capital social e cooperativismo no processo de desenvolvimento sustentável: Estudo da cooperativa Bom Jesus da Lapa. In: OLIVEIRA, Gilson Batista; SOUZA-LIMA, José Edmílson (orgs). **O desenvolvimento sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar**. Curitiba: São Paulo: Annablume, 2006.

SMITH, Adam. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. Nova York: Modern Library, 1937.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 1999.